



# GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA

## MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

### Monitor da Governança Pan-Amazônica Outubro de 2023

Este monitor registra como a Amazônia apareceu na agenda dos presidentes e Ministérios de Relações Exteriores dos países sul-americanos amazônicos em outubro de 2023. Ao final, também inclui destaques do trabalho da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) no mesmo período. Através de monitores mensais, o Observatório Político Sul-Americano (OPSA) busca criar uma base de informações públicas que permitam avaliar as convergências e divergências políticas entre os governos analisados nos múltiplos temas que envolvem a Pan-Amazônia, além de acompanhar a trajetória da OTCA ao longo do tempo. A série de monitores faz parte do projeto de pesquisa “Governança policêntrica, mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável na Pan-Amazônia”, desenvolvido pelo OPSA desde julho de 2023, em parceria com o [OIMC](#) e o [LEGAL](#). O projeto é financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), no âmbito do edital [Iniciativa Amazônia+10](#).

### Sumário

Bolívia .....	<a href="#">2</a>
Brasil .....	<a href="#">4</a>
Colômbia .....	<a href="#">7</a>
Equador .....	<a href="#">10</a>
Guiana .....	<a href="#">11</a>
Peru .....	<a href="#">13</a>
Suriname .....	<a href="#">14</a>
Venezuela .....	<a href="#">15</a>
OTCA .....	<a href="#">16</a>

## **Bolívia**

### **Por Marília Closs e Débora Bedim**

No mês de outubro, a Amazônia boliviana foi pauta de diversas agendas políticas ligadas aos incêndios florestais (criminosos e naturais) que se alastraram nos países que abrigam a Pan-Amazônia. Os efeitos da crise ambiental foram especialmente dramáticos na Bolívia, já que foram acompanhados por secas profundas em departamentos como Santa Cruz, Beni e La Paz (na parte norte). No total, a Bolívia registrou mais de 118 focos de incêndio durante o mês, sendo 47 concentrados em Santa Cruz, 32 em Beni e 19 no departamento de La Paz [1].

Os níveis altíssimos de desmatamento criminoso se somaram à temporada de secas e de incêndios naturais. Segundo dados divulgados pela Defesa Civil, mais de 210.809 famílias foram atingidas e mais de 158 municípios decretaram emergência por conta de crise hídrica [2]. A expansão da agroindústria e dos *avasallamientos* na região contribuiu para agravar o quadro. Ao mesmo tempo, o governo boliviano não parece ter um projeto bem delineado para a situação. O país vem passando, assim, por um cenário complexo e desastroso em termos de gestão da floresta amazônica.

Por conta deste cenário, ao longo do mês, aconteceram protestos em regiões como Yucumo e El Pamar, no departamento de Beni, organizados pela *Federación de Productores Agropecuarios de Yucumo (Fepay)*, pela *Federación de Juntas Vecinales* e pela *Federación Regional de Comerciantes*. Os manifestantes pediam medidas de combate aos incêndios florestais, investimentos em projetos de infraestrutura para garantia de água, a construção de um centro de saúde integral na região, entre outras. Para que seus pedidos fossem atendidos, os manifestantes interditaram estradas por tempo indefinido e exigiram a presença de autoridades, como do Ministro do *Desarrollo Rural y Tierras* e do Ministro de *Medio Ambiente y Agua*, para tratarem dos temas relacionados com a produção e o abastecimento de água [3].

O governo de Luis Arce, por meio de seu *Ministério de Medio Ambiente y Agua*, reagiu com algumas medidas: lançou o *Plan Nacional de Servicios Contra Incendios* e o *Plan de Atención Inmediata para Combatir la Sequía*. Além disso, a Defesa Civil, em conjunto com as Forças Armadas bolivianas, organizou atividades para minimizar os incêndios e patrulhar terrenos para evitar o surgimento de novos focos. Segundo informações divulgadas por Juan Alberto Calvimontes, Vice-Ministro da Defesa Civil, com o trabalho do Comando Conjunto foram extintos 111 incêndios e mobilizados 3.954

bombeiros florestais de três unidades militares. O Exército empregou 23 unidades militares; a Força Aérea, 17; e a Marinha, 9. Ademais, Calvimontes acrescentou a esses números as 342 operações de descarga de água, somando mais de 376.450 litros usados para o combate às queimadas [1].

Entretanto, esforços maiores para o combate aos incêndios e à seca na Amazônia não se concretizaram na política externa. Pelo contrário, não houve manifestações contundentes a respeito do tema por parte da chancelaria boliviana ou proposição de medidas de cooperação com os países vizinhos. O Ministro da Defesa, Edmundo Novillo, afirmou não haver necessidade de solicitar ajuda internacional ou declarar estado de emergência nacional. Sua fala repercutiu entre grupos opositores e ativistas, inclusive na fala de Evo Morales, que disse que “deveriam deixar o cálculo político e começar a ajudar as famílias que sofrem as consequências destas catástrofes” [4].

Para além desta crise, ganhou institucionalidade o acordo para a construção da ponte Guayaramerin-Guajará Mirim, negociado entre Bolívia e Peru ainda no mês de setembro de 2023 e reportado no monitor correspondente àquele mês. Ademais, Rogelio Mayta, chanceler boliviano, participou da inauguração da oficina “*Adaptación transformadora y robusta para la escasez de agua y el cambio climático bajo alta incertidumbre-TRANSCEND*”, convocada pela Autoridad Binacional Autónoma del Lago Titicaca, Río Desaguadero, Lago Poopó y Salar de Coipasa (ALT), administrada coletivamente pela Bolívia e pelo Peru. Em sua declaração, Mayta afirmou que a Bolívia está comprometida em avançar no combate à crise climática [5].

Por fim, a representação permanente da Bolívia no Conselho de Direitos Humanos nas Nações Unidas colocou, na agenda de discussão, a proposta de criação de um grupo de trabalho para a promoção da Declaração das Nações Unidas sobre o Direito dos Camponeses e Outras Pessoas que Trabalham em Zonas Rurais [6]. No entanto, não houve sinalizações de que a Amazônia boliviana seria item prioritário do país nesta agenda. Além disso, em sua declaração sobre o Dia Mundial da Alimentação, Freddy Mamani, Vice-Ministro de Relações Exteriores, brevemente mencionou a seca no país, mas não fez menções à floresta ou ao estado de calamidade pelo qual o país passa [7].

## *Referências*

[1] Disponível em: [https://eldeber.com.bo/pais/defensa-civil-los-incendios-en-el-pais-estan-controlados\\_345260](https://eldeber.com.bo/pais/defensa-civil-los-incendios-en-el-pais-estan-controlados_345260)

- [2] Disponível em: [https://eldeber.com.bo/pais/las-10-represas-de-agua-de-la-paz-y-el-alto-estan-al-43-de-su-capacidad-segun-la-alcaldia\\_345122](https://eldeber.com.bo/pais/las-10-represas-de-agua-de-la-paz-y-el-alto-estan-al-43-de-su-capacidad-segun-la-alcaldia_345122)
- [3] Disponível em: [https://eldeber.com.bo/pais/incendios-forestales-se-reinstala-el-bloqueo-de-yucumo-de-forma-indefinida\\_345002](https://eldeber.com.bo/pais/incendios-forestales-se-reinstala-el-bloqueo-de-yucumo-de-forma-indefinida_345002)
- [4] Disponível em: [https://eldeber.com.bo/pais/incendios-gobierno-asegura-que-no-es-necesario-declarar-emergencia-y-tampoco-pedir-ayuda-internacion\\_344777](https://eldeber.com.bo/pais/incendios-gobierno-asegura-que-no-es-necesario-declarar-emergencia-y-tampoco-pedir-ayuda-internacion_344777)
- [5] Disponível em: <https://cancilleria.gob.bo/mre/2023/10/03/10648/?fbclid=IwAR00jeyLTzhXvQ7G8TnTCv-LQCHS9g-OguhZV9lnqyu42wV1fXRtuY5jfSw>
- [6] Disponível em: <https://cancilleria.gob.bo/webmre/node/5352?fbclid=IwAR2jMYTdTpzwlnVymIKz3evnRhX-KcyFY3xg6L2nrzJ17XD70yJXJOV368o>
- [7] Disponível em: <https://cancilleria.gob.bo/mre/2023/10/14/11515/?fbclid=IwAR3AjTi1hH-xZvIFb7rzsSLK0Utp3XkUmycvl6wyWWtRSvopCfRZYeCq1Is>

## **Brasil**

### **Por Diogo Ives e Guilherme Fritz**

No mês de outubro, o território amazônico brasileiro sofreu com altas temperaturas, o que produziu secas em oito estados, com uma intensidade que não era registrada há cerca de 40 anos [1]. Dezenas de cidades decretaram situação de emergência. Segundo o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden) [1], a situação climática afetou áreas destinadas à produção agropecuária em estados como Pará e Roraima. O motivo do evento climático extremo foi uma combinação entre o fenômeno El Niño (aquecimento das águas do Oceano Pacífico) e o acúmulo de queimadas na floresta. Os efeitos do El Niño provocaram cenários semelhantes em 2015 e 2016, porém o cenário atual foi mais grave, segundo dados do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) [1]. Em relação às queimadas, houve um recorde de ocorrências no Amazonas, nos primeiros dez dias de outubro (2.684 registros, contra 1.503 em todo o mês no ano passado), o que deteriorou a qualidade do ar em Manaus [2].

O evento climático extremo na região Norte reverberou na política brasileira. No dia 5 de outubro, o presidente Lula (que se recuperava de uma cirurgia) enviou uma comitiva de diversos ministros a Manaus, encabeçada pelo vice-presidente Geraldo Alckmin. Três medidas foram anunciadas na visita: o uso de aviões da FAB para transporte de insumos básicos, a compra de uma aeronave pelo Ministério da Justiça para auxiliar no combate a incêndios e obras de dragagem de rios para facilitar a navegação [3]. O governador do Amazonas, Wilson Lima (União Brasil), aproveitou o momento

para pressionar o governo federal a concluir a construção da rodovia BR-319, pois, por conta das secas, a locomoção hidroviária foi inviabilizada, prejudicando tanto o abastecimento de algumas regiões com água e outros insumos básicos, quanto o transporte de insumos industriais para o polo de Manaus [1]. No dia 18 de outubro, o governo federal liberou R\$ 647,8 milhões para serem usados em ações na região Norte através de ministérios e emendas parlamentares [4].

Na política externa, o presidente Lula participou de um telefonema com seu homólogo colombiano, Gustavo Petro, no dia 19 de outubro, para discutir a seca amazônica, que se estende para além do Brasil. Petro propôs uma reunião de Colômbia e Brasil com Equador e Venezuela para formularem um plano conjunto para enfrentar o problema. Segundo o Palácio do Planalto, a data ainda será definida [5].

Para além da crise na Amazônia, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Mauro Vieira, esteve na Indonésia, em 9 de outubro, para participar do seminário “Mobilidade Sustentável: Diálogos sobre Etanol” [6]. O evento discutiu a produção e a difusão de etanol como combustível para transportes. Ainda que Vieira não tenha mencionado a Amazônia em sua intervenção, convém entender o evento como um reforço na aproximação entre Brasil e Indonésia, que, junto com a República Democrática do Congo (RDC), são os maiores detentores de florestas tropicais do planeta. Os três países vêm costurando uma cooperação estratégica na agenda ambiental que pretende mitigar as degradações climáticas e a defesa de suas florestas tropicais. Em agosto último, representantes da Indonésia, da RDC e também da República do Congo participaram da Cúpula da Amazônia, em Belém, onde assinaram uma declaração conjunta com os países membros da OTCA em favor de uma “união pelas nossas florestas”.

Por sua vez, entre 26 e 28 de outubro, foi organizada a 2ª Cúpula das Três Bacias pelo governo do Congo (a 1ª ocorreu em 2011), na capital do país, Brazzaville. O nome do evento fez referência às bacias hidrográficas da Amazônia, do Congo e de Bornéu-Mekong-Sudeste Asiático. Cerca de dez chefes de Estado africanos participaram presencialmente do evento, mas nenhum presidente da América do Sul ou da Ásia compareceu. O presidente Lula participou através de videoconferência, assim como o presidente da França, Emmanuel Macron, e o secretário-geral da ONU, Antonio Guterres. Colômbia e Venezuela enviaram seus Ministros de Relações Exteriores [7].

A declaração final da cúpula destacou que o evento significou o relançamento de um processo de cooperação Sul-Sul em biodiversidade, liderado pelos Estados das três bacias e baseado nas prioridades e necessidades específicas de cada qual, respeitando a

sua soberania. Entre os compromissos de cooperação assumidos, constam: “desenvolver conjuntamente soluções *ad hoc* a nível institucional, diplomático, jurídico, científico, técnico e tecnológico”, “envolver todos os Estados e autoridades nacionais, incluindo os povos indígenas, as comunidades locais, os jovens, as mulheres, a sociedade civil, as organizações não-governamentais, a academia e o setor privado” e “estabelecer um sistema sustentável de remuneração pelos serviços ecossistêmicos prestados pelas três bacias”. Os países desenvolvidos foram cobrados a repassar US\$ 100 bilhões por ano em financiamento climático e US\$ 200 bilhões por ano em apoio a projetos de biodiversidade aos países em desenvolvimento [8].

Ainda na política externa, o presidente Lula concedeu permissão (publicada no Diário Oficial da União, em 19 de outubro) para que, entre os dias 24 de outubro e 20 de novembro, cerca de 294 militares estadunidenses participem de um exercício em conjunto com o Exército brasileiro nos estados do Amapá e Pará, na Amazônia oriental. A operação é chamada de *Combined Operation and Rotation Exercise (Core 23)* e visa ao intercâmbio de experiência sobre técnicas, táticas e procedimentos de defesa. A dinâmica faz parte de um acordo de defesa que Brasil e Estados Unidos assinaram em 2015 [9].

Por fim, cabe destacar que a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) anunciou que mudanças climáticas passarão a ser uma questão prioritária no seu trabalho, ao lado de extremismo político e segurança cibernética. Em entrevista ao jornal Valor Econômico, no dia 4 de outubro, o diretor-geral do órgão, Luiz Fernando Corrêa, declarou que estratégias conjuntas serão buscadas com países sul-americanos, especialmente os amazônicos. Nas suas palavras: “Se temos problemas comuns na região e somarmos as capacidades instaladas, vamos nos sair melhor. [...] O crime foi para a Amazônia porque tem possibilidade de retorno rápido. Por isso temos que somar e agir com os demais” [10].

### *Referências*

[1] Disponível em:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/10/08/como-a-ciencia-explica-a-seca-historica-na-amazonia>. Acesso em 27/10/2023.

[2] Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2023/10/fumaca-cobre-teatro-do-amazonas-e-derruba-qualidade-do-ar-em-manaus.shtml>. Acesso em 31/10/2023.

[3] Disponível em: <https://bandnewstv.uol.com.br/conteudo/bandnews-tv-entrevista-o-governador-do-amazonas-sobre-a-seca-historica-que-atinge-o-estado>. Acesso em 31/10/2023.

- [4] Disponível em: <https://climainfo.org.br/2023/10/19/governo-libera-quase-r-650-milhoes-para-conter-efeitos-da-seca-na-amazonia/>. Acesso em 31/10/2023.
- [5] Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/ansa/2023/10/19/lula-e-gustavo-petro-conversam-sobre-seca-na-amazonia.htm>. Acesso em 31/10/2023.
- [6] Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores/discursos-mre/mauro-vieira/discurso-do-ministro-mauro-vieira-na-abertura-do-seminario-mobilidade-sustentavel-dialogos-sobre-etanol-jacarta-9-de-outubro-de-2023>. Acesso em 27/10/2023.
- [7] Disponível em: <https://www.africanews.com/2023/10/30/global-summit-in-brazzaville-leaders-convene-to-protect-tropical-forests-and-combat-climat/>. Acesso em 31/10/2023.
- [8] Disponível em: [https://www.thethreebasinsummit.org/wp-content/uploads/2023/10/PT-Declaracao\\_CUPULA\\_DAS\\_TRES\\_BACIAS\\_S3B2.pdf](https://www.thethreebasinsummit.org/wp-content/uploads/2023/10/PT-Declaracao_CUPULA_DAS_TRES_BACIAS_S3B2.pdf). Acesso em 31/10/2023.
- [9] Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2023-10/militares-dos-estados-unidos-serao-treinados-na-amazonia>. Acesso em 27/10/2023.
- [10] Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2023/10/04/mudancas-no-clima-entram-na-agenda-da-agencia-de-inteligencia.ghtml>. Acesso em 31/10/2023.

## **Colômbia**

**Por Isabella Pereira e Julia Furtado Reis**

No dia 19 de outubro, o presidente colombiano Gustavo Petro e o presidente brasileiro Lula conversaram por telefone com a intenção de encontrar soluções para a seca extrema que atinge a Amazônia. Petro propôs uma reunião, ainda sem data, entre Colômbia, Brasil, Equador e Venezuela para a elaboração de um plano conjunto para o enfrentamento do problema. Ainda que a situação seja sentida com mais gravidade na Amazônia brasileira, o aumento da temperatura da água e a estiagem severa deixam todo o ecossistema vulnerável.

A Amazônia colombiana registrou a perda de cerca de 150 botos, animais importantes para o ecossistema local, que são indicadores de saúde dos rios em grandes bacias hidrográficas. Por isso, entre os dias 23 e 24 de outubro, a Colômbia foi sede da construção de um movimento global que, junto a representantes de outros países e lideranças da sociedade civil, visou a desenvolver soluções conjuntas para a crise hídrica e a conservação dos botos, resultando no comprometimento de 11 países [2] com a promoção de ações para a manutenção da saúde dos rios e o fortalecimento de legislações nacionais voltadas para a qualidade das águas e conservação daqueles animais [3].

A seca de outubro agravou a mortalidade da fauna aquática do país [4], que ocorre há anos em um contexto em que a cobertura total da superfície de água está sendo reduzida. De acordo com a MapBiomas, nos últimos 10 anos, a Amazônia colombiana perdeu em torno de 9% de sua superfície de água [5]. As previsões indicam que o ecossistema pode ficar ainda mais vulnerável com a chegada do El Niño [6]. Em 12 de outubro, o Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do país e a Unidade Nacional de Gestão de Risco de Desastres anunciaram a alocação de 2,2 trilhões de pesos colombianos (aproximadamente US\$ 550 milhões de dólares) para a implementação do Plano Nacional de Gestão. Seu propósito é prevenir e responder emergências relacionadas ao El Niño [7].

176 municípios colombianos possuem alto risco de emergência e baixas capacidades operacionais diante do El Niño [7]. Assim, o governo federal pretende reduzir a vulnerabilidade dos territórios por meio tanto do fortalecimento da capacidade de resposta e preparação de instituições e comunidades, quanto da definição de estratégias internas e coordenação entre atores locais e internacionais. Sobre este último aspecto, está em andamento uma coordenação com Brasil, Equador e Peru para atender possíveis emergências. Altas temperaturas já provocaram incêndios na fronteira com o Brasil [8].

Além disso, no dia 27 de outubro, representantes de quatro povos indígenas da Amazônia colombiana tiveram uma audiência no Tribunal Superior de Bogotá, onde exigiram que o governo federal respeite seus direitos à vida e à livre determinação e os inclua em programas e decisões que afetem seus territórios. A declaração tem relação com a sentença nº 4360, publicada em 2018 pelo Supremo Tribunal de Justiça, que ordenou que a presidência da Colômbia e as autoridades regionais adotem um plano para proteger a Amazônia do desmatamento [9]. A mesma sentença ganhou notoriedade por reconhecer a Floresta Amazônica como sujeito de direitos. Os representantes dos povos Andoke, Nonuva, Muinane e Uitoto afirmam que não foram levados em consideração na formulação das políticas ordenadas pela decisão e acreditam que o Estado não está respondendo corretamente ao desmatamento da floresta [10].

Além disso, em 28 de outubro, o chanceler colombiano Álvaro Leyva discursou na Cúpula das Três Bacias, Ecossistemas de Biodiversidade e Florestas Tropicais, na República do Congo. O objetivo da cúpula foi o de forjar alianças para a proteção de 80% das florestas tropicais do mundo, com foco nas bacias do Amazonas, Congo e Borneo-Mekong (no Sudeste Asiático). Leyva reafirmou o compromisso colombiano com o meio ambiente, a luta contra as mudanças climáticas e a conservação das três bacias [11].



Ademais, durante o seu discurso, Leyva ressaltou o papel de liderança do Brasil e da Colômbia na convocatória da Reunião Técnico-Científica de Leticia, ocorrida em julho de 2023, e na cúpula da Amazônia em Belém, em agosto do mesmo ano. Nestes encontros, segundo o chanceler, foram firmados acordos com os países da região para tratar da deterioração da Amazônia, além da proposição de uma nova agenda de responsabilidade mundial para a proteção do bioma. Desta maneira, a participação colombiana buscou o estabelecimento de conexões com outras regiões do mundo que enfrentam problemas similares, como perda de biodiversidade, desmatamento e degradação ambiental [12].

Por fim, apesar da liderança brasileira e colombiana em esforços de preservação da Floresta Amazônica, a divergência entre os dois países sobre a exploração de petróleo na região foi novamente posta em evidência em outubro. No dia 10, durante um evento promovido pela Organização Mundial do Comércio (OMC), o Ministro de Comércio, Indústria e Turismo da Colômbia, Germán Umaña Mendoza, reafirmou o compromisso colombiano com a não-exploração de combustível fóssil na Amazônia. A posição do governo sobre o tema vem sendo questionada pelo meio empresarial do país, uma vez que o principal produto de exportação colombiana é o petróleo, colocando em dúvidas a capacidade do país de financiar a transição energética [13]. O ministro lembrou que, apesar de os dois países terem assumido compromissos em realizar a transição, o Estado colombiano entende a necessidade de ensinar à humanidade que esta precisa ocorrer mais rapidamente [14].

### *Referências*

- [1] Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/10/lula-conversa-com-o-presidente-da-colombia-gustavo-petro-sobre-seca-na-amazonia>
- [2] Bangladesh, Bolívia, Brasil, Camboja, Colômbia, Equador, Índia, Nepal, Paquistão, Peru e Venezuela assinaram a declaração.
- [3] Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/colombia-protagonista-en-la-declaracion-global-por-la-proteccion-y-conservacion-de-los-delfines-de-rio/>
- [4] Disponível em: <https://www.lahora.com.ec/mundo/la-amazonia-muestra-la-caras-cruel-de-la-crisis-climatica/>
- [5] Disponível em: <https://plataforma.agua.mapbiomas.org/water/4.053498/-74.296255/4.2/panAmazon/countryPanAmazon/3/biomeCountryPanAmazon/surface/2000/2022>
- [6] Disponível em: <https://www.eltiempo.com/vida/medio-ambiente/fenomeno-de-el-nino-sequia-incendios-y-otros-eventos-que-generaria-en-colombia-816460>

- [7] Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/gobierno-nacional-destina-2-2-billones-para-plan-de-prevencion-y-atencion-de-emergencias-por-fenomeno-de-el-nino/>
- [8] Disponível em: <https://www.semana.com/nacion/articulo/atencion-gobierno-nacional-destina-22-billones-para-prevenir-y-atender-emergencias-por-fenomeno-de-el-nino/202345/>
- [9] Disponível em: <https://www.elespectador.com/ambiente/amazonas/indigenas-viajaron-a-bogota-para-recordar-que-no-fue-tan-util-declarar-la-amazonia-como-sujeto-de-derechos/>
- [10] Disponível em: <https://www.eluniversal.com.co/colombia/indigenas-de-la-amazonia-exigieron-al-gobierno-respetar-sus-derechos-DE9341612>
- [11] Disponível em: <https://www.cancilleria.gov.co/newsroom/news/colombia-reafirma-su-compromiso-enfrentar-crisis-ambiental-mundo-cumbre-tres-cuencas>
- [12] Disponível em: <https://www.semana.com/nacion/articulo/canciller-reafirma-en-africa-compromiso-para-enfrentar-crisis-ambiental-colombia-esta-convencida-de-emprender-acciones/202313/>
- [13] Disponível em: <https://www.terra.com.br/economia/colombia-e-brasil-olham-para-um-periodo-de-transicao-energetica-diferente-diz-ministro-de-petro,ad1075ed7da8e0b60eb894be37146c6e0x3bxsl7.html>
- [14] Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/10/brasil-e-colombia-estao-em-lados-distintos-na-transicao-energetica-diz-ministro-colombiano.shtml>

## **Equador**

### **Por Ghaio Nicodemos e Beatriz Bandeira de Mello**

No dia 18 de outubro, o Ministério de Ambiente, Água e Transição Ecológica (MAATE) do Equador inaugurou o Centro de Coleta de Madeira Sustentável da comunidade indígena Achuar Kupatas. Segundo o órgão, o objetivo do centro será promover o manejo sustentável e inclusivo de bosques naturais com responsabilidade social e ambiental. Como parte do projeto de Manejo Florestal Sustentável (MFS) voltado para paisagens da Amazônia equatoriana, a iniciativa conta com o apoio de instrumentos de cooperação internacional firmados junto ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) [1]. O funcionamento da nova instituição visa a fortalecer as capacidades e a articulação da cadeia de valor a partir da extração de madeira legal. É previsto que cerca de 60 famílias se beneficiarão com a abertura do centro [2].

Além disso, no dia 19 de outubro, foi noticiada a restauração de 4.000 hectares de áreas degradadas nas comunas Yamanunka de Shushufindi (província de Sucumbíos) e Tiwiram, Río Tiputini e Justicia Social de Orellana (província de Orellana). O projeto recebeu um investimento de mais de 1 milhão de dólares e foi apoiado por organismos internacionais, como o PNUD, e nacionais, como o Proyecto Nacional de Restauración

del Paisaje, a organização PROAmazônia (*Programa Integral Amazónico de Conservación de Bosques y Producción Sostenibles*) e a Universidad San Francisco de Quito (USFQ). As ações realizadas apoiarão o estabelecimento e o fortalecimento de empreendimentos comunitários com enfoque de gênero e inclusão, tais como turismo e produção agropecuária. O propósito da restauração, além de recuperar a funcionalidade dos ecossistemas, é permitir a evolução dos processos naturais em áreas degradadas e manter os serviços ecossistêmicos ativos na região das paisagens da Amazônia norte. É esperada a participação de 4.100 habitantes e 35 comunidades indígenas para a execução do projeto [3].

### *Referências*

- [1] GEF – Amazonia Sustainable Development of the Ecuadorian Amazon: Integrated Management of Multiple Use Landscapes and High Value Conservation Forests. Disponível em: <https://www.undp.org/es/ecuador/projects/gef-amazonia-sustainable-development-ecuadorian-amazon-integrated-management-multiple-use-landscapes-and-high-value-conservation#:~:text=El%20proyecto%20trata%20sobre%20promover%20un%20modelo%20de,los%20diferentes%20productores%20y%20dem%C3%A1s%20beneficiarios%20del%20proyecto.>
- [2] Disponível em: <https://www.teorema.com.mx/biodiversidad/ecuador-beneficia-a-60-familias-de-la-comunidad-achuar-kupatas-mediante-uso-sustentable-de-bosques/>
- [3] Disponível em: <https://www.undp.org/es/ecuador/news/4000-hect%C3%A1reas-de-bosques-ser%C3%A1n-restauradas-en-la-amazon%C3%ADa-ecuatoriana#:~:text=Con%20el%20objetivo%20de%20mitigar%20los%20efectos%20del,Jivino%20y%20Yamanunka%2C%20en%20la%20provincia%20de%20Sucumb%C3%ADos.>

## **Guiana**

### **Por Guilherme Fritz**

No mês de outubro, a Guiana deparou-se com um clima seco que provocou diversas queimadas, principalmente na região 10, o que levou o governo a pedir apoio à população para que alertasse autoridades sobre possíveis focos de incêndio [1]. Além disso, no dia 26 de outubro, o governo da Guiana anunciou a descoberta de “reservas significativas” de petróleo no território de Essequibo. O anúncio é um novo elemento que se soma na tensão entre Guiana e Venezuela pela definição das fronteiras em torno da região. A República Bolivariana da Venezuela agendou um referendo popular para o dia

3 de dezembro que tratará de estabelecer uma posição do país sobre as reivindicações territoriais [2].

Convém lembrar que o governo da Guiana é irredutível quanto à sua soberania territorial sobre Essequibo, baseando-se na decisão de uma arbitragem internacional de 1899 [3]. Em face da convocação do plebiscito venezuelano, a Guiana recebeu apoio da CARICOM e exige que a questão seja resolvida à luz do direito internacional, pela corte de Haia, tribunal que a Venezuela não reconhece. Além disso, o governo guianense manifestou uma denúncia sobre a mobilização de cerca de 200 soldados venezuelanos na fronteira. Um conflito na região representaria um distúrbio na floresta amazônica em si, presente em Essequibo [4].

Além de Essequibo abrigar reservas de petróleo, também é um ativo financeiro sob a perspectiva da venda de créditos de carbono, já que a maior parte da região é coberta por florestas. A descoberta de mais combustível fóssil na região tende a estimular o plano do governo guianense de combinar exportação de petróleo *offshore* e venda de créditos de carbono no mercado financeiro internacional. A preservação florestal, segundo diversos discursos do presidente Irfaan Ali, deve vir acompanhada da equalização de prosperidade entre os países [5]. Desta forma, as florestas na Guiana são, cada vez mais, vistas como sinônimo de ativos financeiros e acesso à riqueza. A tarefa de preservar mistura-se com a obtenção de lucro. O país possui mais de 2/3 de seu território coberto por florestas, sendo um dos países com maior percentual de mata nativa no planeta. Junto com o Suriname, é o país com maior percentual de floresta amazônica preservada. Tais características situam-no como uma peça estratégica nessa quadra histórica, pois é um ator ímpar no combate à degradação climática.

Por sua vez, os desafios gerados pelo aumento da extração de petróleo na Guiana – não apenas em Essequibo, como também em outros pontos do território nacional – incluem um potencial processo de migração interna do interior para o litoral e também oriunda dos países caribenhos, sem que haja garantia de empregabilidade pelo setor de óleo e gás. A oferta ilimitada de mão-de obra (nos termos do economista Arthur Lewis), sem um cenário que consiga absorver trabalhadores e trabalhadoras em empregos de maior qualidade, pode implicar um assentamento desordenado da população, que, de forma especulativa, pode avançar sobre territórios florestais e aumentar o desmatamento [6].

## *Referências*

[1] Disponível em: <https://guyanatimesgy.com/prolonged-dry-season-almost-5-acres-of-forest-destroyed-by-wildfire-in-region-10/> . Acesso em 28/10/2023.

[2] Disponível em: <https://relacoesexteriores.com.br/conflitos-territoriais-a-disputa-entre-venezuela-e-guiana-britanica-pela-regiao-do-essequibo/>. Acesso em 29/10/2023.

[3] Disponível em: <https://guyanachronicle.com/2023/10/23/guyana-rejects-venezuelas-attempts-to-undermine-its-territorial-integrity-2/>. Acesso em 29/10/2023.

[4] Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2023/10/5138085-guiana-anuncia-descoberta-de-petroleo-em-aguas-reclamadas-pela-venezuela.html>.

Acesso em 29/10/2023.

[5] Disponível em: <https://guyanachronicle.com/2023/10/14/guyana-set-to-boost-revenue-from-carbon-credits/>. Acesso em 28/10/2023.

[6] Disponível em: <https://www.stabroeknews.com/2023/10/21/news/guyana/hundreds-of-trinidadians-rush-for-guyana-oil-and-gas-jobs>. Acesso em 30/10/2023.

## **Peru**

### **Por Kethlyn Winter e Jefferson Nascimento**

No mês de outubro, a Amazônia teve pouco destaque na agenda política do governo peruano. Cabe mencionar que o Peru e o Reino Unido celebraram 200 anos de relações diplomáticas e, neste marco, a ministra das Relações Exteriores do Peru, Ana Cecilia Gervasi, se reuniu, em Londres, com o Secretário de Estado de Assuntos Exteriores do Reino Unido, James Cleverly, no dia 10. Ambos acordaram fortalecer a cooperação ambiental, com ênfase na Amazônia. Gervasi destacou a importância de se proteger e promover o desenvolvimento das comunidades indígenas da região. Em seguida, no dia 11 de outubro, o Ministério do Meio Ambiente peruano e o Departamento de Ambiente, Alimentos e Assuntos Rurais do Reino Unido assinaram um memorando de entendimento para a cooperação com o Fundo de Paisagens Biodiversas na Paisagem Andes Amazônico (BLF, na sigla em inglês), com o objetivo de combater as mudanças climáticas, proteger a biodiversidade e reduzir a pobreza. A Ministra do Meio Ambiente peruana, Albina Ruiz, considerou o documento como um marco para o país no que tange ao empoderamento das comunidades nativas, principalmente das mulheres destas comunidades [1] [2].

### *Referências*

[1] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/848612-minam-y-reino-unido-firman-memorando-de-entendimiento-para-protger-nuestra-amazonia-y-contribuir-a-la-accion-climatica>

[2] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/848612-minam-y-reino-unido-firman-memorando-de-entendimiento-para-protger-nuestra-amazonia-y-contribuir-a-la-accion-climatica>

## **Suriname**

### **Por Guilherme Fritz**

Nos dias 2 e 3 de outubro, o Ministro do Trabalho, Emprego e Juventude do Suriname, Mac Andrew, junto com a Secretária Geral da Organização Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), Alexandra Moreira, inaugurou um *workshop* nacional de implementação do Programa de Ações Estratégicas (PAS) [1]. O evento aconteceu na capital do Suriname, Paramaribo, e conforma desdobramentos da Cúpula da Amazônia, realizada em agosto de 2023. Houve capacitação do público em relação ao fortalecimento da Gestão Integrada de Recursos Hídricos (GIRH) da bacia amazônica, um programa da ONU de políticas públicas com o objetivo de promover uma gestão sustentável de tais recursos [2]. O evento contou com a participação de representantes governamentais e não governamentais, incluindo setores universitários e representantes indígenas [3].

Ainda sobre mecanismos de combate ao desmatamento e à degradação devido à crise climática, o Ministro de Planejamento Territorial e Meio Ambiente, Marciano Dasai, declarou que o Suriname estabeleceu um preço de US\$ 30,00 para os créditos de carbono que serão lançados sob as determinações do Acordo de Paris. Esse recurso será fundamental para que uma combinação entre preservação e desenvolvimento econômico seja possível, pois pode se tornar uma ferramenta eficiente contra o garimpo de ouro no Suriname ao servir como outra possibilidade de geração de recursos [4].

Por fim, o Suriname, assim como a Guiana, a Guiana Francesa e os países caribenhos, carece de segurança alimentar (pauta presente no discurso do presidente Chan Santokhi na 78ª Assembleia Geral da ONU, em setembro de 2023). Diante deste desafio, algumas propostas vêm emergindo do setor privado. Em outubro, a imprensa do país noticiou que a empresa *Terra Invest Suriname & Guyana* apresenta projetos para o governo de Suriname, desde 2021, de compra de terras e instalação nelas de famílias menonitas (tronco do cristianismo que descende dos anabatistas). A empresa planeja utilizar cerca de 30.000 hectares para assentar aproximadamente 1.000 famílias. Entretanto, o projeto envolve necessariamente o desmatamento de áreas florestais na

Amazônia, o que suscita alertas por parte da comunidade internacional vigilante quanto à preservação florestal. Críticos apontam que as famílias menonitas não costumam utilizar-se de uma agricultura tecnologicamente sofisticada, mas sim de uma de baixa produtividade e necessariamente extensiva em relação ao uso da terra. As dívidas do país e a condição de insegurança alimentar criam condições para o governo viabilizar o negócio, mas ainda não há nenhuma decisão concreta tomada.

### *Referências*

- [1] Disponível em: <https://twitter.com/OTCAnews/status/1708940359672238351>. Acesso em 28/10/2023.
- [2] Disponível em: <https://www.unep.org/explore-topics/disasters-conflicts/where-we-work/sudan/what-integrated-water-resources-management#:~:text=Integrated%20Water%20Resources%20Management%20>. Acesso em 28/10/2023.
- [3] Disponível em: <https://twitter.com/OTCAnews/status/1709265345129664586>. Acesso em 28/10/2023.
- [4] Disponível em: <https://www.reuters.com/article/climate-change-suriname-carboncredits-idAFL1N3BG2GU>. Acesso em 28/10/2023
- [5] Disponível em: <https://news.mongabay.com/2023/10/plan-to-bring-mennonite-farmers-to-suriname-sparks-deforestation-fears/>. Acesso em 28/10/2023.

## **Venezuela**

### **Por Thaís Jesinski Batista e Stephanie Braun**

Em outubro de 2023, a região amazônica não esteve entre os principais tópicos da agenda das políticas doméstica e externa da Venezuela. Destaca-se, no entanto, a participação do chanceler Yván Gil na Cúpula das Três Bacias [1]. O evento aconteceu na República do Congo, no dia 28 de outubro. O encontro teve como objetivo debater a governança global em torno de políticas de cooperação e financiamento para as principais bacias hidrográficas do planeta – a amazônica, a africana e a asiática. Essas três bacias comportam a maior parte da biodiversidade e da água doce do mundo.

Além do chanceler Gil, a delegação venezuelana contou com a presença do Ministro do Poder Popular para o Ecosocialismo, Josué Lorca. A posição da Venezuela no encontro se orientou pela defesa da construção de um novo modelo econômico, que proteja o meio ambiente e que esteja de acordo com uma nova ordem mundial. Ademais, os representantes venezuelanos defenderam os chamados “direitos da Mãe Terra”, que desde os governos de Hugo Chávez estão presentes no quinto “objetivo histórico do Plano

da Pátria”. Segundo ele, a Venezuela buscaria “contribuir com a preservação da vida no planeta e com a salvação da espécie humana”.

O Ministro do Poder Popular para as Relações Exteriores apresentou quatro pilares para a conformação de uma melhor proteção ambiental em escala global [2]: 1) que a cooperação Sul-Sul englobe o intercâmbio de práticas ecológicas e sustentáveis, além de políticas para o uso responsável dos recursos naturais; 2) a aplicação de planos conjuntos sobre reflorestação, regeneração e conservação das florestas, que contem com a participação direta de povos ancestrais e comunidades locais – o que engloba a criação de um banco de sementes nas três bacias hidrográficas; 3) a elaboração de um plano conjunto para a erradicação da mineração ilegal; e 4) o aprofundamento do intercâmbio científico e acadêmico entre os países participantes da cúpula, bem como a cooperação governamental e dos povos indígenas.

### *Referências*

[1] Disponível em: <https://www.eluniversal.com/politica/167277/canciller-yvan-gil-arriba-al-congo-para-participar-en-la-cumbre-de-las-tres-cuencas>

[2] Disponível em: <https://www.eluniversal.com/politica/167451/venezuela-insta-a-la-unidad-para-hacerle-frente-a-la-crisis-climatica>

## **OTCA**

### **Por Beatriz Bandeira de Mello**

Durante o mês de outubro, a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) promoveu diferentes atividades para a proteção de recursos naturais no Brasil, na Bolívia e na Colômbia. Em 9 de outubro [1], foi noticiada a execução de um projeto na região da Terra do Meio, localizada no município de Altamira, no Pará, entre os rios Xingu e Iriri, com ênfase na restauração das margens dos rios, nascentes e outros corpos de água. A intervenção, denominada “Cadeia de Sementes da Floresta: restauração ecológica e pagamentos por serviços socioambientais na bacia do Xingu”, tem duração prevista de dois anos e conta com o apoio do Instituto Socioambiental (ISA) e coordenação da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico do Brasil (ANA). Seu objetivo é manter a provisão de serviços ecossistêmicos com o apoio de comunidades indígenas, ribeirinhos e agroextrativistas, conjugando a partilha de conhecimentos tradicionais com a geração de renda. As ações previstas incluem: a preparação do solo e



o plantio de florestas em áreas prioritárias. O território da Terra do Meio cobre aproximadamente 8 milhões de hectares de áreas protegidas e a execução do projeto beneficia, direta e indiretamente, 3.200 pessoas. A OTCA prevê que, dentro de um ano, 25 dos 50 hectares de áreas degradadas sejam restaurados.

Em 11 de outubro [2], foi realizado o workshop “Cooperação internacional pela Amazônia: caminhos para a implementação da Declaração de Belém”, uma parceria entre a OTCA e a Plataforma CIPÓ, que reuniu representantes dos oito países membros da organização, autoridades da União Europeia, da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e das bacias hidrográficas da República do Congo e da Indonésia. No evento, foram discutidas estratégias para colocar em prática os objetivos acordados durante a Cúpula da Amazônia em prol de uma agenda comum para a promoção do desenvolvimento sustentável. A reunião incentivou a criação de Aliança Amazônica de Combate ao Desmatamento, de um Centro de Cooperação Policial Internacional da Amazônia e de uma “Coalizão Verde” composta pelos bancos de desenvolvimento de cada país.

No dia 17 do mesmo mês [3], a OTCA publicou os resultados de uma expedição realizada entre os meses de abril e maio nas cordilheiras nevadas de Carabaya e Apolobamba, no altiplano peruano, para a instalação de duas estações de monitoramento glaciológico e meteorológico e duas estações hidrométricas. A ação, que faz parte do Programa de Ações Estratégicas (PAE) para gestão integrada dos recursos hídricos na Amazônia, visa a desenvolver propostas para o uso eficiente dos recursos e oferecer alternativas de abastecimento de água às comunidades que dependem das geleiras, principalmente em Quiaca, na província de Sandía, e Ayapata, na província de Carabaya. A iniciativa, implementada pela OTCA, também conta com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e financiamento do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF).

Também no dia 17 [4], foi divulgada a conclusão de um estudo realizado entre Brasil e Colômbia que mapeou as condições de vulnerabilidade e os riscos no uso de recursos hídricos subterrâneos nas cidades de Letícia e Tabatinga, na fronteira entre os dois países. Como parte do PAE, o projeto resultou na proposta de criação de uma rede binacional de monitoramento da qualidade e do nível das águas subterrâneas coordenada por autoridades locais.

A gestão de recursos hídricos também foi pauta na Bolívia [5][6]. No dia 30 de outubro, a OTCA noticiou a instalação de equipamentos de monitoramento de geleiras

pelo Instituto de Hidráulica e Hidrologia (IHH) da *Universidad Mayor de San Andrés*. Com o objetivo de garantir o abastecimento de água para a população que depende do recurso, principalmente nas cidades bolivianas de La Paz e El Alto, a ação visa implementar um modelo de gestão para o uso eficiente da água coordenado pelo IHH. Entre as ações estruturais sugeridas estão: a implementação de Sistemas de Drenagem Urbana Sustentável (SUDS) e a construção de tanques pluviais. A iniciativa é executada pelo Ministério de Relações Exteriores da Bolívia e o Ministério do Meio Ambiente e Água (MMAyA).

### *Referências*

- [1] Disponível em: <http://otca.org/pt/projeto-combina-geracao-de-renda-em-comunidades-tradicionais-com-recuperacao-de-areas-degradadas-na-amazonia-brasileira/>
- [2] Disponível em: <http://otca.org/pt/workshop-cooperacao-internacional-pela-amazonia-caminhos-para-a-implementacao-da-declaracao-de-belem/>
- [3] Disponível em: <http://otca.org/pt/monitoramento-de-geleiras-tropicais-busca-maior-seguranca-hidrica-no-peru/>
- [4] Disponível em: <http://otca.org/pt/brasil-e-colombia-concluem-estudo-que-servira-de-base-para-a-construcao-de-politicas-de-protecao-e-uso-das-aguas-subterraneas-na-fronteira-amazonica/>
- [5] Disponível em: <http://otca.org/pt/o-monitoramento-de-geleiras-tropicais-na-bolivia-contribui-para-a-seguranca-hidrica-em-la-paz-e-el-alto-traendo-beneficios-para-a-bacia-amazonica/>
- [6] Disponível em: <http://otca.org/pt/bolivia-instala-estacoes-de-monitoramento-de-geleiras-e-avanca-na-protecao-da-agua-que-abastece-18-milhao-de-pessoas-em-la-paz-e-el-alto/>